

## Barthes político: escrever maio de 68

Larissa Agostinho<sup>1</sup>

RESUMO: Em 1968, Barthes escreveu “L’écriture de l’événement”, um artigo onde são descritas três maneiras através das quais o acontecimento maio de 68, foi escrito, três *escrituras* que tornaram este acontecimento original e singular na História. Barthes procura responder a seguinte pergunta: “Como escrever um acontecimento?” Essa questão pressupõe, evidentemente, que o acontecimento *foi escrito*. Veremos que, para Barthes, a escritura não descreve unicamente o ato de escrever; ela também não se restringe a uma prática corporal ou individual; ela também não é uma experiência meramente formal restrita à linguagem escrita, mas um *conjunto de práticas coletivas*. A relevância deste artigo consiste em recuperar um Barthes político, engajado, preocupado em inserir a literatura e a crítica literária num conjunto de práticas sociais transformadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Escritura; Acontecimento; Maio de 68.

### A political Barthes: to write May 1968

ABSTRACT: In 1968, Barthes wrote "L'écriture de l'événement", an article where he describes three ways in which the event, May 68, was written, three scriptures that make this event unique and singular in history. Barthes seeks to answer the following question: "How to write an event?" This question assumes, of course, that the event was written. We will see that, for Barthes, the scripture describes not only the act of writing; it is not limited to a body or an individual practice; it is not a merely formal experience restricted to written language, but a set of collective practices. The relevance of this article lies in it revisiting a politically engaged Barthes, eager to put literature and literary criticism in a set of transformative social practices.

KEYWORDS: Writing; Event; May 68.

Em 1968 Barthes escreveu “L’écriture de l’événement”, um artigo onde são descritas três maneiras através das quais o acontecimento maio de 68 foi escrito, três *escrituras* que tornaram este acontecimento original e singular na História.

Barthes procura responder as seguintes perguntas: “Como escrever um acontecimento?” “O que significa uma “escritura do acontecimento?””. Essas questões pressupõem, evidentemente, que o acontecimento *foi escrito*. Portanto, a questão que buscaremos responder aqui é justamente esta, o que significa dizer que um acontecimento se escreve ou é escrito? Trata-se de pensar com Barthes o que é a escritura, e de que maneira ela pode adquirir um sentido eminentemente político no interior da História, escrevendo um acontecimento singular, ou seja, trata-se de pensar que escritura é essa que transforma a História e seu sentido.

Para que possamos avaliar a importância de maio de 68 na construção do conceito de escritura barthesiano é importante descrevermos a história deste conceito, desde uma de suas primeiras aparições em *Le degré zéro de l’écriture*. O que buscamos, ao traçar a gênese deste conceito, é pensar a relação entre escritura e política.

Em 1953 a escritura é uma função: “ela é uma relação entre a criação e a sociedade, ela é a linguagem literária transformada pela sua destinação social, ela é a forma tomada na sua intenção humana e ligada às grandes crises da História.” (BARTHES, 1993, p. 180)

Se a língua é aquilo que há de comum a todos os escritores de uma época e o estilo é um mergulho na mitologia pessoal e secreta do autor (BARTHES, 1993, p. 178), a escritura é uma *escolha* do escritor, produto da reflexão sobre o uso social de sua forma. Por essa razão ela é “ao mesmo tempo sonho e ameaça” (BARTHES, 1993, p. 172). Entre a língua como “limite inicial do possível” e a necessidade do estilo há um espaço para uma outra realidade formal, que é justamente a escritura. Ou seja, entre o possível da língua e o estilo individual

<sup>1</sup> Doutora em Letras e Professora da Pós-Graduação da PUC-São Paulo. E-mail para contato: [larissa\\_drigo@yahoo.com.br](mailto:larissa_drigo@yahoo.com.br).

se constitui um espaço de experimentação formal em que o que está em questão é o destino social da forma, o pertencimento ou a ruptura da forma em relação às inscrições sociais e simbólicas da escritura.

Temos assim, no primeiro capítulo, uma primeira definição nominal da escritura; em seguida, o que lemos é uma série de críticas às diversas noções ou formas de escritura.

O crítico que, no mesmo ano em que fora publicado *Le degré zéro de l'écriture*, afirmava em artigo publicado no *l'Observateur* que “existe sim uma literatura de esquerda”, que procurava escapar da literatura a serviço do partido (comunista) ou de uma literatura “sem etiqueta”, o crítico defensor de uma literatura de combate, que carrega em si as marcas “da lucidez e da coragem” (BARTHES, 1993, p. 233), só poderia começar sua crítica pelas escrituras políticas.

A escritura é uma “linguagem endurecida”, fechada em si mesma, contrariamente à fala, via aberta e em movimento. Talvez por isso ela se preste tão bem ao jogo do poder.

Se a escritura revolucionária francesa fundava um direito sangrento ou uma justificativa moral, a escritura marxista (leia-se partido comunista) é uma linguagem do conhecimento, linguagem cifrada, codificada. A escritura do conhecimento onde cada palavra faz referência ao conjunto dos princípios que a mantém. No stalinismo a linguagem do conhecimento se transforma em linguagem do valor. A escritura política do stalinismo, por exemplo, é coercitiva, “escritura policial”; sua língua é a do processo penal, imune a *sursis* ou *habeas corpus*; ao descrever, ela julga e condena.

Em seguida, Barthes criticará o romance e sua vocação histórica, e depois a poesia, sempre distinguindo o clássico e o moderno. Como se para atingir o grau zero da escritura Barthes precisasse pensá-la negativamente, ou seja, apresentar diversos exemplos do que a escritura que ele procura não é. Finalmente, no último capítulo, o que encontramos é uma impossibilidade que se nutre do que só pode ser chamado de utopia. Uma situação revolucionária, cuja ambiguidade fundamental reside no fato de que a Revolução busca naquilo que ela quer destruir a imagem de que ela quer possuir. Assim, diante da multiplicação das escrituras, Barthes não endereça um convite à tomada de posição, um elogio da coragem dos escritos capazes de escolher, de criar. Não se trata de um convite ao combate, porque o grau zero da escritura, o não estilo, o estilo oral, é a “antecipação de um estado absolutamente homogêneo da sociedade” (BARTHES, 1993, p. 233). Diante dessa situação, a literatura sonha com o frescor de um mundo onde a linguagem não seria mais uma alienação. A nova literatura é um projeto, uma utopia de linguagem.

Em *Mythologies*, mais uma vez a política da literatura é a questão central, afinal, como é sabido, trata-se aqui de renovar a crítica da ideologia graças aos avanços da nova semiologia.

O mito não é um objeto, uma ideia ou um conceito, é uma forma. É ela que o define, não a mensagem em si. O mito deforma porque se instaura numa cadeia de significação que o precede. Ele extrai do senso comum a força para se reproduzir. Assim, ele funciona porque é parcialmente motivado, e de natureza histórica. O mito transforma o sentido em forma, ele é um roubo que se comete contra a linguagem, uma linguagem mutilada. (BARTHES, 1993, p. 843) Ele fixa, portanto, um sentido numa forma, única, que pode ser reproduzida à exaustão. Se a língua é fraca e incapaz de resistir à captura, o grau zero se mostra mais resistente. Um novo sentido surge para justificar o grau zero da escritura, não mais homogeneização da linguagem, mas resistência contra a naturalização da ideologia em “verdade” contra a transformação da literatura em mito.

Aqui Barthes define o livro *Le degré zéro de l'écriture* como “uma mitologia da linguagem literária”, “rejeitando a falsa natureza da linguagem literária tradicional, o escritor é violentamente deportado em direção à uma antinatureza da linguagem.” (BARTHES, 1993, p. 847). A literatura é mais uma vez definida de maneira negativa, ela aparece como uma fresta entre mitos e discursos coercitivos do poder, mobilizada por um horizonte ainda utópico. Desta maneira, cabe-nos perguntar qual será o resultado deste esforço crítico,

essencialmente negativo, que investiga agora não apenas a mitologia literária, mas a natureza da mitologia social.

O que é então a mitologia, quem fala através de suas formas, e qual o papel do mitólogo?

A mitologia é essencialmente burguesa porque a burguesia é uma classe anônima. Se a burguesia é facilmente nomeada no âmbito econômico, ela é dificilmente reconhecida no espectro político (não há partido burguês) e praticamente invisível no campo da ideologia. A burguesia soube apagar seu nome ao passar do real à representação. Ela é a classe social que não quer ser nomeada. Seu maior mito é sua pretensão à universalidade. O estatuto da burguesia é particular e histórico, já o homem que ela representa é universal e eterno. Se a burguesia conquistou seu poder com o progresso técnico e científico, transformando a natureza sem limites, cabe à ideologia restituir uma natureza inalterável, seu saber técnico e científico decreta que a natureza é destinada ao homem, assim ela cria uma *pseudo-physis*. (BARTHES, 1993, p. 853)

Por essa razão, o papel do mitólogo é essencialmente político: “é certo que a mitologia participa de uma fabricação do mundo: tendo por constato que o homem da sociedade burguesa está a cada instante mergulhado numa falsa Natureza, ela tenta encontrar sob as inocências da vida relacional a mais inocente, a alienação profunda que essas inocências fazem passar. O desvelamento que ela opera é, portanto, um ato político: fundada numa ideia responsável da linguagem, ela postula, por essa mesma razão, sua liberdade” (BARTHES, 1993, p. 866). A crítica é, portanto, um acordo com o mundo, não o mundo tal qual ele é, mas como ele quer ser.

No entanto, a fala do mitólogo continua excluída da política, trata-se de uma metalinguagem, ela não age. Por essa razão, podemos supor que foi em maio de 68 que Barthes encontrou o modelo de uma escritura política, crítica e ativa, capaz de reverter a impotência da fala crítica, aqui considerada como metalinguagem, e assim dissolver a distinção ideológica entre prática e discurso.

Já em *Mythologies* Barthes parecia preocupado em argumentar de que maneira a revolução exclui o mito, ou seja, em descobrir uma linguagem capaz de resistir contra o movimento de naturalização da ideologia.

A revolução se define como ato catártico destinado a revelar a carga política do mundo: *ela* faz o mundo, e sua linguagem, toda sua linguagem é absorvida funcionalmente neste fazer. É porque ela produz uma fala *plenamente*, ou seja, inicialmente e finalmente política, e não como o mito inicialmente político e finalmente natural, que a revolução exclui o mito. (BARTHES, 1993, p. 857)

Se a burguesia se mascara, a revolução se expõe. Ao se mascarar, a burguesia produz o mito; ao se mostrar, a revolução o abole.

Quando maio de 68 eclode, Barthes parece ter encontrado a manifestação da escritura que ele procurava pensar desde *Mythologies*.

A originalidade de maio de 68 reside na conjunção de três escrituras, ou seja, o acontecimento maio de 68 foi escrito de três maneiras diferentes, que, combinadas caracterizam a sua originalidade. São elas: a fala, o símbolo e a violência.

Começamos pela fala. Ela é também dividida em três aspectos: a fala radiofônica, pois Maio de 68 foi contado ou escrito pelos radialistas; a fala como espaço, lugar ou maneira de ser da luta política; a fala dos estudantes e seu lugar singular.

A distância temporal entre o ato e o relato, o acontecimento e o testemunho, se dissolve. Maio de 68 é narrado por jornalistas presentes nas ruas, prefigurando o que hoje na era da internet parece para nós evidente. Era o rádio que informava aos próprios manifestantes o desenrolar dos acontecimentos, a uns metros de distância, de tal maneira que esse relato era também parte do acontecimento ou lhe escrevia.

Há aqui reversibilidade entre a escritura e a leitura, simultaneidade entre o signo e a escuta, uma “revolução da escritura” que a modernidade se esforça para realizar porque

aqui o signo, a escuta, a escritura e a leitura são ações, ações complementares, ações em relação, momentos de uma narrativa singular, porque histórica.

A fala não era só a maneira através da qual o acontecimento se escrevia, é também através da fala que as lutas e disputas se travavam, seja nas ruas, espaço das reivindicações, das críticas, mas também nas conferências de imprensa, declarações, comunicados. É a fala que “trabalhou a história, a fez existir como uma rede de traços, como uma escritura operante, deslocadora” (BARTHES, 2002, p. 47).

No que diz respeito à fala dos estudantes, podemos afirmar que trata-se de uma tomada da fala (*prise de la parole*), como dizemos “tomada da Bastilha”. Não que os estudantes sejam estranhos à fala, sua condição de classe faz com que ela lhes seja familiar; no entanto, os estudantes são frustrados, são privados da fala. Frustrados porque eles não tinham até então feito um uso *ativo* da linguagem, não tinham até então tomado o poder sobre a linguagem. O paradoxo é que, ao reivindicar a linguagem e seus conteúdos, os estudantes também faziam um uso lúdico desta. A fala se tornou atividade livre, trabalho livre, e não mais simples instrumento. Essa atividade livre tomou formas diferentes ao longo do acontecimento.

Primeiro veio a fala “selvagem”, fundada na invenção. Ela dava poder à imaginação, aos encontros e achados da forma, feita de atalhos retóricos, da alegria da fórmula, da felicidade da expressão (“é proibido proibir”, por exemplo). Muito próxima da escritura, essa fala tomou a forma da inscrição nos muros, lugar fundamental da escritura coletiva.

Houve também a fala “missionária” ou militante, destinada a transportar os estereótipos da cultura política, panfletagem em porta de fábrica, nas praias, nas ruas etc.

E finalmente a fala “funcionalista”, que veiculava os projetos de reforma e encontrava as palavras de ordem da tecnocracia, “adaptação do ensino às necessidades da sociedade”, “coletivização da pesquisa”, etc.

A fala selvagem é rapidamente eliminada em prol da fala missionária, funcionalista. Se a fala selvagem resiste ao poder, ela é também embalsamada nas dobras inofensivas da “literatura”, é como a “espontaneidade” que a faz surgir, fugaz. As outras duas continuam imbricadas, reproduzindo a linguagem do poder, subjugadas por uma “social-tecnocracia”.

O segundo modo através do qual o acontecimento maio de 68 se escreveu foi o símbolo. Se a fala ressalta a intensidade do presente, a imediatez das ações e respostas, a simultaneidade das linhas e das forças distintas, o símbolo inscreve o acontecimento no interior da História. Parece haver uma relação de complementaridade entre a fala e o símbolo. Se por um lado a fala indica a intensidade de um presente, o símbolo o inscreve numa História.

Neste caso os símbolos são as bandeiras, a tricolor, a vermelha e a preta, içadas e invocadas por quase todos demonstrando um belo acordo simbólico, que deveria na verdade ser o alvo final de toda revolução. Outro símbolo presente em maio de 68 é a barricada, símbolo da Paris revolucionária, ela é o espaço de um investimento de toda uma teia de símbolos. Emblema completo, ela permite com que outros símbolos sejam desmascarados, como a propriedade, por exemplo. Ela é um símbolo tão forte que existe antes mesmo de ser construída.

Além disso, outros símbolos foram mobilizados, o monumento, a ocupação, a vestimenta e a linguagem, evidentemente. Este inventário é importante porque “o regime simbólico a partir do qual um acontecimento funciona está estreitamente ligado ao grau de integração deste acontecimento no interior da sociedade do qual ele é ao mesmo tempo a expressão e a agitação brusca, o choque” (BARTHES, 2002, p. 49).

Barthes nos coloca desta maneira diante de dois tempos distintos do acontecimento. Um presente intenso com sua força criativa, sua imaginação e suas descobertas, que é atravessado por um tempo cronológico, contínuo, que insere esse presente em excesso com relação a si mesmo numa linha temporal, numa história. Não se trata evidentemente de uma história qualquer, mas da história das sublevações, das revoltas e das revoluções. Se o

acontecimento é a expressão da sociedade, é justamente porque ele se insere numa história de sublevações e revoltas, numa história de rupturas. (BARTHES, 2002, p. 49).

O terceiro elemento através do qual maio se escreveu foi a violência. Violência que a mitologia moderna associa a efetividade, e que vem agora das ruas, lugar da fala livre, espaço não institucional. “A violência é uma escritura” e “a escritura, se nós quisermos não confundi-la com a literatura ou o estilo, é ela mesma violenta” (BARTHES, 2002, p. 50). Ela é violenta porque é inscrição, porque carrega consigo o peso de um traço irreversível. Portanto, se a fala parece se dissolver no ar, a violência fica. Ela tem seu próprio código, seu sistema, com seus signos e figuras.

Para concluir, Barthes se vê obrigado a distinguir seu conceito de escritura do conceito de Derrida. É preciso, segundo o crítico, distinguir a fala e a escritura. Ele insiste que devemos recusar todo e qualquer primado da fala combinado com uma tentativa de eliminação do conceito de escritura porque tanto uma quanto a outra se recusam a ligar sua revolução à revolução da sociedade. Que razões teria Barthes para fazer tal afirmação? Se a fala é ligada ao corpo e à pessoa, sua revolução não é a da sociedade, porque, como no caso do estilo, ela guarda traços da particularidade que lhe dá forma e conteúdo, que dá propriamente corpo. Já a escritura aparece como ruptura radical justamente com relação à vida social, por essa razão ela resiste a fazer de seu corpo o espaço de uma revolução “social”. Ela é a violência que procura mudar a configuração da própria vida social, aniquilar seus sistemas e símbolos. Assim, a fala é também o que pode ser transcrito da expressão oral ou impresso, se ela está ligada à pessoa, ao corpo e ao desejo de possuir, “se ela é a voz de toda reivindicação, ela é por esta razão a voz de toda revolução” (BARTHES, 2002, p. 51).

Podemos concluir salientando que se tomar a palavra é um ato da escritura, assim como a violência da rua ou o emprego de símbolos, a semiologia barthesiana vai muito além da linguagem artística (literatura, fotografia, pintura), como já havia atestado, aliás, *Mythologies*. A escritura não descreve unicamente o ato de escrever; escritura também não é a uma prática corporal ou individual; tampouco uma experiência meramente formal restrita à linguagem escrita, mas um *conjunto de práticas coletivas*. Práticas coletivas que, no entanto, estão justamente fora da vida social e se inscrevem de maneira violenta como desejo de ruptura.

Não poderíamos terminar sem analisar a transformação ocorrida durante este período na própria escrita barthesiana. Vemos que uma primeira fase essencialmente negativa, onde a escritura se define ainda pelo que ela não é, em oposição à tradição literária, ou a partir de oposições como ideologia, escritura revolucionária, dá lugar a um momento de afirmação, como se maio de 68 tivesse não apenas transformado a História (com H maiúsculo), mas também a literatura e a crítica literária.

É a singular escritura do acontecimento que permite que Barthes abandone a oposição entre discurso crítico, como metalinguagem, e práticas sociais, sejam elas ativas ou discursivas. Surge aqui uma fala livre, ativa, que é ação. Uma escritura selvagem que não se deixa capturar pelas estruturas do poder e que rompe com práticas sociais. Surge também um projeto de trabalho crítico, que não consiste em interpretar um texto em busca de uma estrutura única, de um sentido profundo ou explicação “verdadeira”, mas em estabelecer o jogo de relações entre estruturas múltiplas, estabelecimento escrito. É necessário para Barthes que uma nova teoria seja criada, uma nova teoria que se preocuparia em determinar as relações entre estruturas múltiplas e concomitantes, submetidas a um funcionamento ainda desconhecido.

A escritura é, portanto, o nome de um movimento, de um desejo, do devir concreto do que em *Degré zéro* era apenas um sonho de linguagem pura ou utopia. Ela é uma prática, uma inscrição, um traço, uma marca ou fissura no interior da vida social, a escritura é política quando anseia por outras formas ativas de falar e escrever, outras maneiras de viver. A escritura é política porque ela é a busca por uma *vita nuova*.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Œuvres complètes I*. Paris: Seuil, 1993.  
\_\_\_\_\_. *Œuvres complètes II*. Paris: Seuil, 2002.